

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

As representações sobre os índios no ensino de história contemporâneo: como a comunidade escolar sergipana observa os indígenas nos livros didáticos

**Kléber Rodrigues
Diogo Francisco Cruz Monteiro^I**

Resumo

O objetivo deste texto é divulgar os resultados da análise dos seis primeiros depoimentos coletados de “Índios no Imaginário Sergipano”, documentário que pretende perceber, sobretudo, quais são as representações sobre os povos indígenas elaboradas por professores universitários, docentes e alunos de escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental de Sergipe sobre os índios no Brasil. Este documentário pode ser útil para entendermos qual é o papel dos livros didáticos de História para formar as visões da sociedade educacional de Sergipe sobre os índios.

Palavras-chave: livro didático, índios, representações, documentário, Sergipe.

Representations about the Indians in the history teaching of contemporary: how the school community of Sergipe observes the indigenous in textbooks

Abstract

The object of this text is to publish the results of the analysis of the six first collected statements of "Índios no Imaginário Sergipano", a documentary that is intended to notice, above all, which are the representations on the indigenous peoples elaborated by professors, teachers and students of public and private schools in elementary teaching in Sergipe on the Indians in Brazil. This documentary can be useful for us to understand which is the role of the History text books to form the visions of the educational society in Sergipe on the Indians.

Keywords: text book, Indians, representations, documentary, Sergipe.

Introdução

Durante a realização do VII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, entre os dias 3 e 6 de novembro de 2009, comentávamos sobre os principais pontos dos debates ocorridos nas palestras de abertura do evento. Entre eles, um, em particular, chamou-nos à atenção: as possibilidades de tratamento das temáticas indígenas no ensino de História, a partir do lançamento da Lei 11.645/08.^{II}

Dentre os vários aspectos abordados, a preocupação central dos debatedores era a qualificação profissional dos professores de História para o trabalho em sala de aula com as temáticas da alteridade, dos conteúdos que versavam sobre as especificidades de grupos de diferentes matrizes culturais, principalmente, africanas e indígenas.

As constatações acerca do assunto oscilavam entre posicionamentos divergentes, vigorando, entre os pesquisadores, aqueles que atestavam a baixa qualidade da formação

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

docente no Brasil para o tratamento da diversidade cultural em situações didáticas e a proposição de algumas alternativas e soluções viáveis para sanar este tipo de problema.

Neste sentido, várias foram as sugestões dos participantes: incentivar os docentes a participarem de eventos acadêmicos de Antropologia e História, cujos temas versassem sobre a diversidade cultural e suas recentes abordagens, livro didático, ensino de História e suas interfaces com a alteridade, além de motivá-los a ingressar em programas de pós-graduação nestas áreas.

Além disso, houve também orientações mais pragmáticas, de caráter didático-pedagógico, direcionadas tanto aos professores quanto aos alunos do ensino básico, como a realização de conferências e palestras com representantes dos movimentos étnico-raciais, além de viagens de estudo às comunidades indígenas e quilombolas, próximas das localidades onde estivessem situadas as suas instituições de ensino.

No último dia de permanência em Uberlândia, após quase uma semana de intenso envolvimento nas atividades do “Perspectivas” (apresentação de comunicações em grupos de trabalho, audições de mini-curso e palestras) retomamos nosso diálogo sobre a questão da diversidade cultural no ensino de História.

Porém, naquele momento, o que nos interessava não era apenas vislumbrar estas situações do ensino de História em âmbito nacional, mais geral, mas diagnosticar como professores e alunos das instituições de ensino básico do Estado de Sergipe reagem às inovações prescritas pelas leis de ações afirmativas do Governo Federal, principalmente, das que indicavam a obrigatoriedade de introdução dos conteúdos de cultura afro-brasileira e indígena nos currículos e livros didáticos de História e os seus reflexos nas práticas pedagógicas cotidianas.

Após nosso retorno a Sergipe, nossas conversas sobre estes assuntos tiveram de ser temporariamente interrompidas, pois, estávamos em processo de preparação para a seleção de mestrado do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e para a seleção do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia.

Cada um dos projetos era voltado para as perspectivas de seu respectivo programa de pós-graduação, entretanto, ambos possuíam o mesmo objeto, as representações sobre índios nos manuais escolares de História. Assim que os projetos foram aprovados, começamos a compartilhar uma temática de pesquisa em particular, retomando e intensificando os nossos debates, agora voltados estreitamente para a reflexão a respeito do tratamento dedicado aos indígenas no ensino e nos livros didáticos.

Após algumas conversas sobre nossas propostas de pesquisa, idealizamos a produção de um documentário sobre as representações construídas pela comunidade escolar sergipana acerca dos índios no Brasil, tendo como base para estas construções o livro didático de História.

Os primeiros passos para a concretização desta ideia do documentário foram dados a partir da escrita do projeto “Índios no Imaginário Sergipano: Mídias e Educação para a Diversidade”, que foi apresentado sob a forma de comunicação oral, no eixo temático “Diversidades, mídias e tecnologias”, do IV Fórum Identidades e Alteridades: Educação e Relações Etnicorraciais, realizado entre os dias 10 e 12 de novembro de 2010, na Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana.

O objetivo deste projeto, cujas atividades estão em processo de pleno desenvolvimento, é perceber quais são as representações elaboradas por professores e alunos de escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental de Sergipe sobre os índios no Brasil, e quais são as influências exercidas pelas imagens dos livros didáticos de História na construção deste imaginário sobre os indígenas em seu público-alvo.

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Além deste escopo, vislumbraremos as impressões de professores universitários que trabalham em suas pesquisas com a temática indígena, no intuito de percebermos quais são suas posturas diante da importância dos manuais escolares e do ensino de História na elaboração de imagens e representações sobre os índios e, de que maneira as produções acadêmicas têm colaborado para a sua construção didática.

Em suma, o documentário “Índios no Imaginário Sergipano” retratará a questão do uso das imagens nas aulas de História, da discriminação, livro didático, valorização da História e cultura indígena.

Neste projeto, partimos dos seguintes questionamentos: Qual é o imaginário que a população estudantil sergipana possui sobre os índios? Qual é o posicionamento dos membros da academia em Sergipe a respeito das representações indígenas nos livros didáticos? O ensino de História tem colaborado para a formação das interpretações acerca da cultura dos povos indígenas?^{III}

Com a efetivação das tarefas previstas para esta empreitada, proporcionaremos à população um instrumento a ser utilizado na formação dos professores em Sergipe, no incentivo à geração de novas reflexões e estudos acerca da representação sobre o indígena no livro didático, em ambientes formais e não formais de ensino.

A realização de um documentário nos permite pensar na importância adquirida pelas imagens nos estudos históricos. Imagens em movimento que também são de grande significância nas pesquisas da chamada Antropologia Visual, interessada na utilização das tecnologias da imagem e do som para documentar, interpretar e comunicar a realidade, preocupada ainda com a análise cultural dos produtos da comunicação visual, incluindo-se aí artefatos que vão desde o documentário à vídeoarte, a fim de captar os valores, estilos de vida, inovação dos códigos veiculados por eles, para elaborar modelos simbólicos e formais.^{IV}

Entendemos o documentário como um artefato impregnado de significação social, fonte fundamental para o entendimento das representações que os indivíduos elaboram sobre suas atitudes, vivências e experiências sociais. A noção ou conceito de representação margeia todo esse empreendimento. De acordo com Roger Chartier, “esta noção permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais.”^V

A representação será aqui referenciada, em seu sentido mais amplo, como tradução mental de uma realidade percebida, que transmite informações válidas sobre vários pontos de vista vinculados a contextos específicos, pois a construção do seu significado é orientada pelas convenções sociais que lhes garantem uma legitimidade interpretativa.

Durante a realização do documentário, foram registradas em vídeo entrevistas com o público acima citado, professores e alunos do ensino básico e professores universitários que atuam em instituições de ensino em Sergipe. Os depoimentos foram coletados durante quatro meses. Após estas etapas de coleta dos depoimentos, as imagens gravadas foram submetidas ao processo de montagem, selecionando-se as falas mais importantes sobre o imaginário dos depoentes acerca dos povos indígenas. Estas imagens serão comprimidas no formato DVD para a posterior reprodução e divulgação dos resultados do documentário.

No que se refere à coleta de depoimentos, foi de grande proveito a utilização dos procedimentos metódicos da História oral, compreendida enquanto “um método de pesquisa histórica, antropológica, sociológica, que privilegia a realização de entrevista com pessoas que participaram, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.^{VI}

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Desta forma, privilegiou-se como fonte de investigação a memória, concebida como “um conjunto de documentos que acontecem estarem dentro da cabeça das pessoas e não no arquivo público”.^{VII}

A partir dos pontos expostos acima, principais objetivos, pretensões, meios e possíveis contribuições a serem proporcionadas pela efetivação do projeto “Índios no Imaginário Sergipano”, pretendemos aqui divulgar os resultados iniciais extraídos da análise dos primeiros seis depoimentos coletados desde a concepção da proposta do documentário.

Primeiramente, analisaremos os depoimentos dos alunos. Optamos pela apresentação inicial das visões dos alunos, pelo fato de que eles são peças-chave do processo de ensino-aprendizagem, sendo aqueles sobre os quais incidem com maior ênfase qualquer esforço de formação das percepções acerca da alteridade indígena em situações didáticas. Em seguida, examinaremos as falas dos professores, indivíduos que possuem concepções de mundo já formadas e consolidadas, e que, desta forma, encontram-se em situação favorável para realização de diagnósticos e de reflexões críticas sobre os indígenas no ensino de História.

O que os alunos sergipanos pensam sobre os índios dos livros didáticos de História

As impressões e perspectivas dos estudantes de História do Ensino Fundamental entrevistados refletem o pesar e a lamentação pelo fato de os índios brasileiros dos seus imaginários, o índio “puro”, genérico, que vivia nú, cultuava Tupã e Jaci, caçava, coletava, pescava e que estava em plena harmonia com a natureza, seu *habitat* primordial, não mais existir na atualidade, devido ao processo histórico de extermínio físico e cultural de suas populações, oriundo dos contatos com os de fora, brancos colonizadores.

Assim, as falas destes estudantes são permeadas de termos que denotam o caráter evanescente das populações indígenas originárias brasileiras, tais como *extermínio* e *heranças*. Neste sentido, João Victor Silva Santos^{VIII}, estudante do 9º ano, de escola privada da cidade de Nossa Senhora do Socorro, ponderou que os índios “[...] Exterminaram-se, agora eles estão andando vestidos, alguns trabalham, possuem carteira de identidade, que antes não possuíam, CPF também, os filhos deles frequentam escola hoje em dia [...] escola de não-índio.”

Os indígenas são indivíduos observados como pertencentes a um passado remoto. Sua presença na atualidade é evidenciada, pelos depoentes, apenas por meio da constatação da permanência de poucos traços fenotípicos e culturais (cor da pele, textura do cabelo, crenças e costumes) como heranças transmitidas à sociedade nacional.^{IX}

Essas heranças culturais e fenotípicas são entendidas, alternadamente, como dádivas ou estigmas negativos que marcam o caráter do povo brasileiro. A dádiva manifesta-se quando se enfatizam aspectos da cultura indígena como a culinária, danças, modos de pensar e agir, e as marcas negativas, quando se trata da sobrevivência de perfis biológicos indígenas entre indivíduos da sociedade nacional.

Sobre este particular, alguns trechos dos depoimentos coletados são reveladores. Assim, para elencar as contribuições culturais transmitidas pelo índio aos brasileiros, alguns alunos manifestaram-se da seguinte forma:

Ele deixou de heranças para a gente muitas coisas, a culinária, danças, algumas palavras da gente [...]. Tem gente no sertão que disse que adivinha a chuva, [...] a forma como eles tratam os animais.^X [...] Na culinária, a macaxeira, a farinha, a mandioca, [...] beiju de tapioca, na fala, Aracaju, Sergipe, tupi-guarani.^{XI}

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

O relato de Maria Vitória Silva Santos, aluna do 8º ano do Ensino Fundamental de escola pública estadual da cidade de Aracaju, destacou o preconceito que a presença de traços fenotípicos indígenas pode causar naqueles que são seus portadores. O excerto a seguir pode ser considerado exemplo da construção de imagens do “índio bárbaro”, “não civilizado”, de cultura atrasada, associada à discriminação racial.

Assim, referia-se Maria Vitória, sobre uma de suas colegas de classe que apresentava feições físicas semelhantes aos indígenas:

[...] o rosto dela parece com o do índio, ela diz que é descendente de índio. Ela fica sem graça. Porque ser descendente de índio, não é? Ela tem vergonha, eu acho que pelos costumes deles. Vivem no mato, não têm acesso [...] ao computador, ao celular.^{XII}

Além das referências ao índio como elemento do passado, de cultura atrasada, evanescente, cuja presença na atualidade apenas é sentida pelas heranças culturais transmitidas à “civilização brasileira”, e, ainda, como alvo de preconceitos e discriminações, ele é caracterizado como “indivíduo sofredor”, “vítima” de pressões sociais no Brasil, que, porém, resistia à opressão.

Este sofrimento das populações indígenas, segundo os depoimentos dos alunos, baseados nas informações que eles obtêm principalmente dos livros didáticos de História, originava-se de várias fontes e, resultava, principalmente, de situações ocasionadas pelo contato interétnico, tais como: a questão da terra, a exploração compulsória da mão-de-obra, e as tentativas de aculturação das populações indígenas.

Caroline Ismerin Lima, estudante do 8º ano, de escola privada da cidade de Nossa Senhora do Socorro, ancorando-se nas representações que elaborou a partir das observações das imagens sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil, declarou:

Os índios estão sofrendo. [...] estão fazendo de tudo para tirá-los das aldeias deles [...]. Um povo muito sofrido [...]. A escravidão. Mostram eles apanhando, os jesuítas tentando catequizá-los, mostram eles carregando coisas para os senhores nas capitânias [...].^{XIII}

Apesar desta evocação da imagem do índio como vítima dos indivíduos que compõem a denominada sociedade envolvente no Brasil, o discurso de Lima apontou que os índios tentaram resistir às pressões impostas pelos colonizadores, sendo esta uma das causas para a sua dizimação quase completa: “eles eram rebeldes, os portugueses faziam isso só porque eles eram diferentes, aí desse jeito, tinham que apanhar, tinham que sofrer.”^{XIV}

Os depoimentos extraídos durante as entrevistas apontam que não existe uma relação muito aproximada entre o cotidiano, a realidade dos aprendizes e o ensino sobre as culturas indígenas no Brasil. Neste sentido, quando questionada sobre a importância de se estudar os índios na aulas da disciplina História, Maria Vitória afirmou que não se interessava muito pelo tema:

[...] porque a gente não tem o costume de conhecer, de falar com eles [os índios], daí não me interessa muito. [...] se a gente fosse para um lugar [...] falasse com um chefe deles, aí seria melhor a relação de aprendizado. Seria bom se a gente viajasse constantemente, aí a gente ia se interessar mais pela aula do professor. [...] contribuiria para uma visão mais respeitosa e maior conhecimento sobre os povos indígenas, porque a gente poderia passar para nossos pais, para as pessoas de nossa família, aí todo mundo ia conhecer mais. As viagens para as tribos seriam melhores, ia aprender mais.^{XV}

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Além do distanciamento, a pouca identificação étnica dos estudantes com os índios brasileiros, parece aprofundar este desinteresse pelo conhecimento das culturas indígenas. Isto pode indicar que existe uma conexão profunda entre a etnicidade (o sentimento de pertença a determinado grupo étnico) e o aprendizado histórico.

Neste particular, Maria Vitória, que declarou sentir-se mais identificada com a população negra, enfatizou:

[...] olhe, esse assunto sobre índio é só para a entrevista mesmo, se a gente conversar sobre o negro aí muda um pouco as coisas, muda um pouco o assunto, passando de índio para os negros é mais fácil falar [...] de negro, porque o índio a gente tem que ficar perto para conhecer a história, o negro a gente sempre conhece um pouquinho, tem mais proximidade, o índio, na minha família, não tem nenhum que eu conheça, e negro tem muito.^{XVI}

Os discursos dos alunos sobre as perspectivas de perpetuação das populações indígenas no Brasil contemporâneo são marcados pelas ideias de evanescência e desaparecimento dessas culturas. Para eles, os índios brasileiros vivenciam as últimas etapas do processo irreversível de desaparecimento, em virtude da aculturação, do desmatamento das florestas e da perda dos seus territórios tribais para os representantes da sociedade envolvente.

Muitos são os fragmentos das entrevistas com os estudantes que ilustram essa postura de incerteza e a visão finalista sobre os destinos dos povos indígenas, e que, de certa maneira, revelam um saudosismo em torno daquele índio “puro”, representante da verdadeira “essência” das culturas tribais no Brasil.

Victor Santos realizou a seguinte reflexão acerca deste assunto:

[...] muitos estarão vivendo como a gente e, também os seus costumes podem ser extintos, ninguém se lembrará mais deles, pela obrigação de estarem vivendo como a gente, de aprenderem a viver como a gente. A mata esta acabando, a construção de cidades, a expansão dessas cidades, eles acabam vivendo lá. Para comprar comida eles têm que trabalhar, não é como antes, eles plantavam, colhiam, caçavam, pescavam.^{XVII}

Lima adotou um ponto de vista semelhante ao acima esboçado, quando propôs que no futuro “[...] vai ser muito difícil encontrar algum [índio], porque antes os índios andavam nus, agora estão usando calças, blusas, [...] daqui há algum tempo vão começar a trabalhar como a gente, ficando como a gente e não vai existir mais nenhum.”^{XVIII}

A aluna Maria Vitória, afirmou que os índios “[...] antes tinham as terras deles, hoje eles não têm nada. [...] Têm as terras deles, só que o povo vai morar lá.” E, completou: “[...] eu prefiro o tempo de antes, em que eles viviam normalmente, podiam fazer o que quiser, plantar, extrair o que quiser, sendo deles e não dos outros.”^{XIX}

Portanto, a análise dos depoimentos dos alunos, possibilitou concluir que eles constroem uma representação da figura do índio como indivíduo de um passado remoto, quase imemorial, de cultura atrasada, evanescente, sendo que a sua presença num contexto contemporâneo é sentida apenas pelas heranças culturais ou biológicas que legou à sociedade nacional.

No geral, a partir das concepções emanadas pelo público escolar consultado, o índio é alvo de preconceitos e discriminações, caracterizado como “indivíduo sofredor”, “vítima” de pressões sociais por parte dos membros da sociedade envolvente no Brasil.

Para os estudantes entrevistados, os “verdadeiros” índios eram aqueles que mantiveram seus traços culturais intactos, modos de vida não corrompidos pela interação com o mundo exterior. Isto explica o fato de, entre os estudantes, a imagem do índio usando blusas

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

e calças, portando carteiras de identidade e CPF, trabalhando fora de sua comunidade para adquirir o seu sustento e o da sua família, reflexos do contato com a sociedade envolvente, ocasionar perplexidade e, ainda, atitudes de reprovação.

As proposições dos alunos entrevistados indicam, recorrentemente, como ficou explícito em alguns depoimentos já mencionados, a existência de imprecisões no que diz respeito às visões sobre os índios no Brasil, principalmente, quando se trata de observá-los como indivíduos que estão atrelados a um passado distante, e com reduzida capacidade de ação no presente.

Posturas semelhantes a estas já foram denunciadas por antropólogos, que defendiam a necessidade de se realizar investigações que se debruçassem sobre a situação dos índios em contextos de contato interétnico, as modalidades de resistência e de adaptação às mudanças a que estão expostos, que garantem, geralmente, a persistência de seus traços culturais, mesmo em condições de hibridização.

As percepções dos alunos estão, de certo modo, impregnadas daquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (1972, p.142) denominou, no caso das pesquisas sociológicas sobre índios brasileiros, de preconceito etnológico, “[...] a concepção firmada sobre as culturas tribais ‘puras’, não tocadas pelo contato interétnico.” Oliveira, ao combater as reflexões que se alinhavam ao preconceito etnológico, informou que ele está sendo anulado, diante do acúmulo de evidências proporcionadas por investigações que mostram as sociedades indígenas como “sociedades parciais”, como partes de um todo chamado sociedade nacional.

O que os professores pensam a respeito das representações sobre indígenas nos livros didáticos e no ensino de História

De acordo com o depoimento dos professores, não obstante as políticas públicas nacionais de educação para a diversidade apontem para a importância da introdução de temáticas que versem sobre as peculiaridades dos modos de vida indígena e suas contribuições para a cultura brasileira, em sala de aula, nas situações de ensino-aprendizagem, de maneira geral, elas não alcançam a repercussão e os resultados pretendidos.

Os docentes consideram que os conteúdos sobre as populações indígenas, da forma como são transmitidos pelos livros didáticos, em particular, e as metodologias de ensino-aprendizagem adotadas para o trabalho com esta temática, em geral, não colaboram para suscitar, nos alunos, um maior interesse pelo estudo da cultura desses povos.

Na visão dos docentes entrevistados, apesar de todo o esforço dos autores de livros didáticos e dos professores de História para, por meio de textos e imagens, transmitirem informações relevantes para o conhecimento da alteridade indígena, eles ainda, de certa maneira, não conseguiram tornar o aprendizado histórico dos alunos uma atividade instigante. E isso se deve a dois importantes fatores, a saber: à ausência de identificação cultural e ao distanciamento entre o alunado e os índios.

Desta forma, quando se comentava sobre a situação do relacionamento entre as populações indígenas e os não-índios no Brasil, ponderou-se que:

[...] o isolamento é a palavra de ordem, todos nós estamos muito isolados ainda dessa identidade indígena. Está muito no nosso inconsciente que índio é aquele que está na reserva do Xingu, na Amazônia, e a gente tem índio aqui em Sergipe [...]. De nós para eles há um isolamento [...] e o ensino de história contribui muito para isso [...]. O movimento negro ainda vem muito forte no país, muitas vezes está sobrepujando essa educação indígena, por exemplo, a gente fala muito da educação afro-brasileira, mas de educação indígena, porque a gente não fala tanto quanto fala de educação afro-brasileira? [...] A academia, os



Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

seguimentos da sociedade, o Estado e os próprios índios precisam se mobilizar mais, dialogar mais, porque acho que isolamento é sim a palavra de ordem [...].^{XX}

Representações desta natureza, já consolidadas no imaginário dos membros da comunidade escolar sergipana, são as que perpassam as formas de percepção sobre os índios, de uma maneira generalizada, no contexto educacional brasileiro. Como apontou o professor Ugo Maia sobre esta questão:

[...] os índios no Brasil são mesmo meio invisíveis, eles são lembrados em determinadas ocasiões e lembrados sempre de uma maneira equivocada, a partir de imagens que são construídas com base numa pertença ao passado ou, quando são grupos contemporâneos, que estão em vias de desaparecimento, que estão completamente hibridizados [...].^{XXI}

As ilustrações sobre os índios presentes nos livros didáticos de História ainda produzem, no imaginário dos observadores, a imagem do bom e mau selvagem, respectivamente, aquele que colaborava com as empresas coloniais, dócil, o “gentio” e, que por isso, merecia ser preservado, e aquele que era hostil e constituía um obstáculo para os projetos de dominação européia, objeto de perseguição e extermínio.

Neste particular, o professor Maia, asseverou que:

No geral, o padrão oscila entre índios bestiais e ferozes, que fazem escalpes ou são canibais e gentios, como aqueles da missão, que podem ser convertidos. Essa oscilação era a mesma oscilação que os índios produziram, em termos de imagem, nos colonizadores, desde a época da residência européia aqui. Ou eles são sociáveis com quem podem estabelecer trocas comerciais ou trocas matrimoniais, como os Tupi, ou eles são bestiais e selvagens e, aí merecem que a gente declare guerra justa contra eles, como os Tapuia.^{XXII}

O índio, segundo as reflexões da professora Elza Andrade, ainda é observado a partir do ponto de vista do colonizador, o índio “puro”, “que o português chegou e encontrou”, o “índio fato consumado”. Assim, a professora acredita que:

[...] o índio está sempre no passado, o índio está lá nos livros didáticos de História. Essa coisa do trabalho está muito forte, o índio que primeiro realizou o escambo, depois foi escravizado, depois as guerras de conquista, o índio está muito atrelado a estas noções, [...] a preocupação está muito ainda nestas coisas, do etnocídio, das guerras de conquista, da chegada do português, do escambo e da escravidão.^{XXIII}

Neste sentido, a professora Aparecida Santana aponta que, em Sergipe, os Xocó também são vistos como sociedades indígenas que ainda vivem no passado. Para ela, a falta de conhecimento sobre esse grupo indígena gera dúvidas, inclusive, quanto a sua própria existência na atualidade:

Como o tempo se limita ali [no passado] a informação acaba ali mesmo. Então, se existisse uma continuidade, acabava facilitando mais o aprendizado, a questão de levar [o estudo] dessa cultura mais adiante. Como é o caso aqui do nosso Estado, em que existe a tribo indígena e muita gente nem sabe. Os próprios Xocó, tem gente que se pergunta se existe, onde é, parece coisa do outro mundo, parece que a questão do índio já acabou, foi só naquele início de civilização. [...] realmente, essa questão de se limitar a essa época, a história parar aí, não pára, claro que não pára, ainda continua a civilização, os índios estão aí, mas pelo



Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

conteúdo não ser levado adiante, essa questão da civilização acaba limitando um pouco. É uma questão para ser analisada e, de repente, ser inserida nesses novos livros, porque a gente vê que os tempos são outros.^{XXIV}

Maia, comentando sobre a preponderância do isolamento e das representações dos índios “puros” como fetiche no imaginário da sociedade brasileira, mesmo quando é patente o hibridismo cultural em situações de contato, levantou questionamentos instigantes, esclarecendo-os:

Porque a gente pensa em condições desiguais para cada um desses termos? Condições desiguais advindas do contato e da relação? Porque só os índios estão fadados ao desaparecimento? E não os brasileiros de uma maneira geral? Ora, se os índios absorveram elementos da sociedade nacional, o contrário também aconteceu. E porque os brasileiros não estão desaparecendo, mas os índios estão? É porque a gente parte do princípio que eles são sociedades frágeis. Quando, na verdade, eles têm muito mais mecanismos de reprodução do que nós. São mecanismos muito mais sólidos de reprodução social e de adaptação às contingências do contato do que nós, porque são sociedades que, a rigor, estão abertas ao exterior, elas estão abertas ao contato, elas conseguem produzir a incorporação do contato enquanto diferença e domesticar isso, de modo que isso possa ser incorporado como uma forma para a reprodução social.^{XXV}

Em síntese, o que, na realidade, Maia pretendeu afirmar foi que os índios e seus modos de vida peculiares no Brasil, mesmo com todas as conseqüências, na maioria das vezes negativas, originadas pelo contato interétnico, conseguiram sobreviver às pressões exteriores a que foram submetidos, por meio do emprego de mecanismos de adaptação às mudanças.

Constatações deste tipo podem representar importantes implicações para um tratamento inovador das temáticas indígenas nos livros didáticos e no ensino de História. Assim, os índios perderiam seu *status* de “indivíduos do passado” e, passariam a serem vislumbrados a partir de suas ações num quadro temporal mais recente e imediato. Suas culturas não seriam mais observadas como “puras”, “originárias” e “estáticas”, mas como dinâmicas, utilizando-se de estratégias que garantam a sua perpetuação em condições contingentes de existência.

Visões pejorativas, generalizantes, estereotipadas e pessimistas sobre os índios nos livros didáticos e no ensino de História, apesar de ainda vigentes, começam a abrir suas veias às abordagens relativistas, cuja ênfase incide sobre a observação e valorização das culturas indígenas a partir de suas próprias concepções de existência. Desta forma, pesquisas acadêmicas recentes passaram a salientar o caráter da resistência, das tentativas de preservação das culturas tribais em cenários marcados por intensas relações de contato interétnico, que implicam em trocas culturais entre os indígenas e a sociedade nacional.

Esta mudança nas apreciações sobre a alteridade foi atribuída, pelos professores entrevistados, ao diálogo cada vez mais constante entre as produções acadêmicas nas áreas de Antropologia e História e a escrita didática da História. Neste sentido, referindo-se à possibilidade de uma transposição coerente dos conteúdos acadêmicos para os conteúdos escolares, a professora Andrade lembrou que:

Porém, depois da década de 1980, novas propostas teórico-metodológicas têm sido implementadas, e as produções científicas, acadêmicas, têm ajudado muito e têm chegado sim aos livros didáticos aos poucos. Este diálogo entre a História e a Antropologia trás à tona

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

novas visões, que enfocam a questão da cultura e da identidade, essas noções aos poucos estão começando a ser trabalhadas nos livros didáticos.^{XXVI}

À necessária contribuição das produções acadêmicas que aliam História e Antropologia, soma-se a atuação das lideranças indígenas, que já desenvolvem projetos de intervenção didático-pedagógica, com o intuito de esclarecer a população não-indígena sobre a importância da valorização de suas culturas no espaço escolar.

O protagonismo indígena emprega esforços para atender a uma vasta agenda de reivindicações, que ultrapassa as fronteiras da atuação isolada das lideranças nas lutas políticas que envolvem, por exemplo, a posse da terra e melhorias das condições de saúde nas suas comunidades. Assim, as campanhas na área educacional, em ambientes extra-tribais, são atividades de vital interesse para as frentes de ação dos movimentos indígenas no Brasil.

Desta forma, Maia refletiu sobre a importância do protagonismo indígena para a modificação das imagens e representações sobre os índios no imaginário da sociedade nacional, que são influenciadas, sobremaneira, pelas lições transmitidas pelos livros didáticos de História.

[...] refletir sobre a imagem produzida acerca dos índios nos livros didáticos é trazer uma contribuição para se discutir a maneira como os índios são pensados no imaginário nacional, de uma maneira geral, porque o que os livros veiculam, é o que existe no imaginário nacional sobre os índios [...]. Todas as discussões sobre essas imagens são discussões sobre a imagem do índio no imaginário nacional. Os índios estão bastante presentes no esforço de reversão dessa imagem. Eles produzem vídeos sobre eles mesmos, participam de diálogos, de atividades nas escolas, em museus, têm programas de educação patrimonial voltados para as escolas. Eles estão presentes, porque eles são sujeitos [...]. O protagonismo indígena está atuando para tentar reverter este quadro.^{XXVII}

O depoimento dos professores indica que o diálogo entre as novas proposições historiográficas e antropológicas tornou os manuais escolares bem diferentes daqueles que eram produzidos em outras décadas. Na atualidade, os manuais já não tratam os índios com um evidente preconceito. As ideias de índio genérico e de sociedades indígenas presas ao passado são cada vez menos observadas, dando lugar à multiplicidade de grupos e experiências, às questões atuais e a uma história em que esses povos são capazes de realizar suas escolhas e ações diante dos diversos fatos e processos históricos.

Para que as mudanças no ensino de História, assinaladas pelos docentes entrevistados, realmente ocorram, seria necessária a união de pesquisas acadêmicas das áreas de História e Antropologia, a ação significativa dos movimentos indígenas e a manutenção, por parte dos livros didáticos, de transformações que reverberem nas representações sobre os índios.

Considerações finais

Um amplo prisma de imagens sobre índios tem sido elaborado pelos estudantes e professores do ensino básico em Sergipe. Estas imagens ainda geram, entre os alunos, a representação da figura do índio como indivíduo de um passado remoto, quase imemorial, de cultura atrasada, evanescente, sendo que a sua presença num contexto contemporâneo é sentida apenas pelas heranças culturais ou biológicas que legou à sociedade nacional.

No geral, a partir das concepções emanadas pelo público escolar consultado, o índio é alvo de preconceitos e discriminações, caracterizado como “indivíduo sofredor”, “vítima” de pressões sociais por parte dos membros da sociedade envolvente no Brasil. Para que as mudanças no ensino de História, assinaladas pelos docentes entrevistados, realmente ocorram,

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

seria necessária a união de pesquisas acadêmicas das áreas de História e Antropologia, a ação significativa dos movimentos indígenas e a manutenção, por parte dos livros didáticos, de transformações que reverberem nas representações sobre os índios.

Pode-se até argumentar contra a possível falta de originalidade dos resultados desta investigação inicial. Porém, como resposta a esta pretensa objeção, redarguiremos que as conclusões deste estudo nos permitem diagnosticar as formas como professores e alunos reagem às inovações propostas pelas políticas públicas de ações afirmativas, que pretendem modificar as abordagens das temáticas sobre a diversidade cultural em nosso país.

E, isto, certamente, proporcionará o alargamento dos debates acerca do trabalho didático com a questão indígena, tanto em ambientes formais quanto não-formais de educação e, partir daí, o lançamento de soluções pragmáticas que favoreçam a implantação de propostas pedagógicas harmonizadas com um tratamento mais equânime das culturas indígenas.

O exame dos depoimentos demonstrou que, para os estudantes, geralmente, os “verdadeiros” índios eram aqueles que mantiveram seus traços culturais intactos, modos de vida não corrompidos pela interação com o mundo exterior. Isto explica o fato de, entre os estudantes, a imagem do índio usando blusas e calças, portando carteiras de identidade e CPF, trabalhando fora de sua comunidade para adquirir o seu sustento e o da sua família, reflexos do contato com a sociedade envolvente, ocasionar perplexidade e, ainda, atitudes de reprovação.

As reações negativas dos alunos diante do “índio misturado” podem ser superadas em sala de aula, desde que se apreendam as populações indígenas no seio destes processos de interação com a sociedade nacional, as dinâmicas e estratégias de agência destes povos para garantir a adaptação e a conseqüente persistência de seus modos de vida, mesmo em estruturas sociais marcadas por intensa pressão externa.

Para a resolução dos inconvenientes e imprecisões que ainda marcam a produção das imagens sobre a diversidade cultural nos livros didáticos e no ensino de História, temos de reconhecer que alguns progressos já foram alcançados em termos de legislação educacional no Brasil. Estamos, porém, na expectativa de que estas prescrições legais sejam aplicadas efetivamente em sala de aula e conduzam aos efeitos satisfatórios previstos.

Notas:

^I Respectivamente, Mestre em Educação pela UFS e Mestre em Antropologia pela UFS. Email: klebbersantos2004@ig.com.br; diogocruz_21@yahoo.com.br

^{II} A Lei 11.645/08 tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, no Brasil.

^{III} Até o momento, foram realizadas 6 entrevistas, respectivamente, com 3 alunos do Ensino Fundamental, 2 professores de história da rede pública e particular de ensino, cujos depoimentos foram extraídos numa mesma ocasião de entrevista, e 1 membro da academia, professor da Universidade Federal de Sergipe.

^{IV} CANEVACCI, Massimo. Antropologia da Comunicação Visual. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. In: RIBEIRO, José da Silva. Notas para um debate em antropologia visual. **Revista Mackenzie**, São Paulo, n. 3, p. 40, 2003.

^V CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.49.

^{VI} ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. 197 p.

Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

^{VII} SÁ, F. História e memória na era das comemorações. In: _____. **Combates entre História e memórias**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. p. 23-66.

^{VIII} SANTOS, João Victor Silva. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro, Isa Vanny e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 10 out. 2010.

^{IX} A valorização das heranças culturais legadas pelos índios à sociedade brasileira, como constantemente é expressa nas imagens e textos de manuais escolares, funciona como um elemento de rememoração, que evita o esquecimento do índio no imaginário corrente entre os estudantes: “[...] está valorizando, fala das coisas que a gente herdou deles, [...] valorizando para a gente nunca se esquecer deles.” (SANTOS, J. V. S, 2010).

^X SANTOS, João Victor Silva. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro, Isa Vanny e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 10 out. 2010.

^{XI} LIMA, Caroline Ismerin. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro, Isa Vanny e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 10 out. 2010.

^{XII} SANTOS, Maria Vitória Silva. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro, Isa Vanny e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 11 nov. 2010.

^{XIII} Ibidem.

^{XIV} Ibidem.

^{XV} Ibidem.

^{XVI} Ibidem.

^{XVII} Ibidem.

^{XVIII} Ibidem.

^{XIX} Ibidem.

^{XX} ANDRADE, Elza Guimarães. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 15 janeiro. 2011.

^{XXI} MAIA, Ugo. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues**. São Cristóvão, 18 fev. 2011.

^{XXII} Ibidem.

^{XXIII} Ibidem.

^{XXIV} SANTANA, Aparecida. **Entrevista concedida a Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues**. Aracaju, 15 jan. 2011.

^{XXV} Ibidem.

^{XXVI} Ibidem.

^{XXVII} Ibidem.

Referências Bibliográficas



Recebido: 13/05/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. 197 p.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estudos de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, no Brasil.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANEVACCI, Massimo. Antropologia da Comunicação Visual. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. In: RIBEIRO, José da Silva. Notas para um debate em antropologia visual. **Revista Mackenzie**, São Paulo, n. 3, p. 45-68, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.49.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972, p.149.

SÁ, F. História e memória na era das comemorações. In:_____. **Combates entre História e memórias**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. p. 23-66.